

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
VARA DO TRABALHO DE OURO PRETO – MG**

JUÍZA TITULAR DA VARA: GRAÇA MARIA BORGES DE FREITAS



**Lei de Criação nº 6.563, de 19-9, de 1978
Data da instalação: 18-5-1979**

Jurisdição: Ouro Preto, Acaiaca, Diogo de Vasconcelos, Itabirito e Mariana.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 24-10-12, p. 7.

ATA DE CORREIÇÃO

Às 9h35min do dia vinte de novembro de 2012, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Dr. **Márcio Flávio Salem Vidigal**, deu início à Correição Ordinária na Vara do Trabalho de Ouro Preto, situada na Rua Professor Paulo Magalhães Gomes, nº 15, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pelo MMº Juiz do Trabalho Substituto, Dr. **Walder de Brito Barbosa**; pela Diretora de Secretaria, Srª Rosane Ribeiro de Souza; pelos servidores Carlos Roberto Rodrigues, Cláudia Ferreira de Araújo, Cláudio Resende, Elaine Lopes de Macedo Góis, José Sérvulo de Paula Hudson, Márcia Carvalho Nascif, Maria Hercília de Grammont Machado de Araújo Mapa, Miriam Vieira Guimarães Dutra, Norma Cláudia Paschoal e Vera Lúcia Carvalho Dornellas Macedo; pelas estagiárias Pallyni Felício Pereira e Silva e Stefany Boram Park Chun. Ausentes a MMª Juíza do Trabalho Titular da Vara, Drª **Graça Maria Borges de Freitas**, em razão de convocação da Escola Judicial deste Regional Tribunal e a servidora Vera Lúcia Laia, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Desembargador Vice-Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA:

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Do mencionado protocolo, consta o registro de 1.442 processos distribuídos até o dia 19-11-12, apurando-se a média de 6,96 processos por dia útil.

1.2. PAUTA – As audiências dos processos submetidos ao procedimento sumariíssimo e ao procedimento ordinário, bem como as audiências para realização da instrução processual estão sendo designadas, segundo dados do dia 20-11-2012, extraídos do mapa de horários do sistema informatizado da Secretaria, conforme abaixo relacionadas, destacadamente:

- a) procedimento sumariíssimo: 4-2-2013;
- b) procedimento ordinário: 28-2-2013;
- c) instrução: 4-7-2013.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 252 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 205 foram devolvidas para os juízos Deprecantes.



1.4. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 595 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 457 foram devolvidas pelos juízos Deprecados.

1.5. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 323 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 284 processos foram remetidos no presente ano, até esta data.

1.6. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 18 autos de processos com carga, todos no prazo legal.

1.7. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 65 autos de processos com carga, das quais 36 vencidas e cobradas.

1.8. CARGA PARA PERITOS – Constan 136 autos de processos com carga, das quais 113 vencidas e cobradas.

1.9. MANDADOS EXPEDIDOS – Constan 1.544 mandados expedidos no ano em curso, dos quais 22 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.10. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 16 autos de processos com carga para o serviço de cálculos judiciais, todos no prazo.

1.11. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – Segundo Planejamento Estratégico deste Regional, o indicador nº 7 refere-se a Taxa de congestionamento na fase de conhecimento 1º grau, que em 2011 foi de 30%.

1.12. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 1.711 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 1.053 execuções trabalhistas *stricto sensu*, constantes do Quadro I, item 23, excluindo-se os processos de executivo fiscal;
- b) 69 execuções fiscais, constantes do Quadro II-A, item 19, lançadas no Boletim Estatístico sob a denominação “execução penalidade administrativa imposta”;
- c) 585 processos arquivados provisoriamente, conforme Quadro I, item 24;
- d) 4 execuções de contribuições previdenciárias, inseridas no Quadro XII, item 5.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara do mês de outubro de 2012.

Em relação às Varas do Trabalho de semelhante movimentação processual,



no ano 2011, cuja média de processos em fase de execução foi de 1.499, constatou-se que esta Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução acima da média.

Conforme Planejamento Estratégico deste Regional, o indicador nº 11, refere-se a Taxa de congestionamento na fase de execução, que em 2011 foi de 81,2%.

1.13. PROCESSOS RECEBIDOS DA JUSTIÇA FEDERAL E DA JUSTIÇA ESTADUAL EM DECORRÊNCIA DA EMENDA Nº 45 À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA – De acordo com o levantamento realizado nos Quadros II-C dos Boletins Estatísticos, ano 2011, constatou-se que esta Vara do Trabalho não recebeu ação relativa à nova competência da Justiça do Trabalho.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados nesta Vara do Trabalho, conforme discriminação a seguir:

2.1. PROCESSOS EM PAUTA – Na pauta do dia 20-11-2012 havia 12 processos:

- a) procedimento sumariíssimo: 5 processos;
- b) procedimento ordinário: 3 processos;
- c) instrução: 4 processos.

Foram examinados os autos dos processos 01371/12, 01242/12, 01236/11, 01237/11, 01807/11, 01518/12, 01309/12, 01310/12, 01308/12 e 01514/12, constantes da pauta, no tocante aos seguintes aspectos:

1) petição inicial; 2) autuação: a) numeração das folhas; b) cronologia dos atos; c) documentos grampeados em folhas; d) certificação da quantidade de documentos colados em folhas; e) inutilização do verso em branco das folhas; f) encerramento e abertura de volumes; 3) dos atos: a) termos de juntada e certidões (artigos 161, 168, 169, PARÁGRAFO ÚNICO, e 171, do CPC); 4) prazos: a) designação das audiências do procedimento sumariíssimo; b) atos da Secretaria; c) atos do (a) Meritíssimo (a) Juiz (a): sentenças e despachos.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 01371/12: ausência de identificação do signatário da intimação de f. 7, em descumprimento ao § 1º, do artigo 21, do Provimento Geral Consolidado nº 1 de 2008, deste Regional;

- 01242/12: ausência de identificação do signatário da intimação de f. 4/5,



em descumprimento ao § 1º, do artigo 21, do Provimento Geral Consolidado nº 1 de 2008, deste Regional;

- 01807/11: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (24 dias);

- 01518/12 e 01514/12: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (29 dias);

- 01309/12: ausência de identificação do signatário da intimação de f. 85, em descumprimento ao § 1º, do artigo 21, do Provimento Geral Consolidado nº 1 de 2008, deste Regional.

2.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – Exame dos autos dos processos 01543/12, 01258/12, 01272/12, 01269/12, 01106/12, 00174/12, 00261/12, 00127/12, 00285/12 e 01615/12 quanto: aos registros da tramitação na capa dos autos; à regularidade do despacho “cumpra-se”; à expedição dos mandados (Provimento nº 1, de 2008, do TRT da 3ª Região); aos prazos e atos processuais; ao cumprimento e devolução de mandados; à regularidade do cumprimento das cartas precatórias e à regularidade na numeração, conforme o artigo 15, § 1º, do Provimento nº 1, de 2008, do TRT da 3ª Região.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 01269/12: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – f. 3 - (mais de 10 dias);

- 00174/12: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – f. 18 - (mais de 10 dias).

2.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – Examinaram-se os autos dos processos 01064/12, 01244/12, 00841/12, 01131/12, 00902/12, 01041/12, 00100/12, 00210/12, 01079/12 e 01081/12.

Foram analisados os itens relativos ao acompanhamento do cumprimento das cartas precatórias; ao depoimento das partes antes da expedição da carta precatória inquiritória; à regularidade dos atos e prazos processuais; à expedição de ofício à Corregedoria Regional, quando não prestadas informações pela Vara Deprecada e à baixa da carta precatória no sistema informatizado da Secretaria da Vara, quando da devolução dos autos.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 01064/12: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação

da audiência com prazo superior a 15 dias (27 dias); em razão do acordo celebrado, deve ser verificada a possibilidade de requisição da carta precatória nº 542/12 de f. 47;

- 01244/12: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (26 dias); ausência de identificação do signatário da intimação de f. 15, em descumprimento ao § 1º, do artigo 21, do Provimento Geral Consolidado nº 1 de 2008, deste Regional; excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – f. 30 - (mais de 10 dias);

- 00902/12: ausência de depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, contrariando recomendação da egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

- 01041/12: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 23 - (mais de 20 dias);

- 00100/12: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (41 dias); excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 64 - (mais de 10 dias); excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – f. 71 - (mais de 10 dias);

- 00210/12: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (16 dias);

- 01079/12: ausência de depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, contrariando recomendação da egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho); excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – f. 214 - (mais de 10 dias);

- 01081/12: ausência de depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, contrariando recomendação da egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho); excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – f. 122 - (mais de 20 dias).

2.4. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Foram examinados os autos dos processos 00276/12, 00564/12, 00328/12, 00324/12, 01398/11, 01638/11, 01408/11, 00048/12, 01479/11 e 01403/11 nos seguintes aspectos: registro de atos processuais relevantes no sistema informatizado (ex: liquidação de sentença, oposição de embargos e data de conclusão dos autos ao Juiz (a)



para decisão); cumprimento da sentença ou acordo; imediata liberação do depósito recursal em favor do credor, após a liquidação de sentença; regularidade dos atos e prazos processuais na execução; exaurimento do uso das ferramentas e convênios (BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD) em busca de bens passíveis de penhora, para fins de satisfação do crédito exequendo; se o (a) Juiz (a) ordenou a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada; regularidade da expedição, cumprimento e devolução dos mandados; regularidade dos atos de penhora e praça; manifestação da Procuradoria-Geral Federal (INSS) quanto às contribuições previdenciárias (artigo 879, § 3º, da CLT) e o seu respectivo recolhimento; cumprimento do Provimento nº 4, de 2001, do TRT da 3ª Região; cumprimento dos ofícios nº 106 e 108, de 2010, expedidos pela Corregedoria Regional, que determina o lançamento do código “056” (processo em fase de execução) no sistema informatizado, referente a todos os autos de processo, no momento em que houver a homologação do cálculo de liquidação (PP-00427-2010-000-03-00-1); recomendações constantes do relatório final das atividades da comissão criada pelo Ato GCGJT nº 6, de 2010, encaminhado por meio do ofício eletrônico nº 3, de 2011 e Recomendação CGJT nº 1, de 2011, divulgada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 16 de fevereiro de 2011, que ficam fazendo parte integrante desta ata.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 00276/12: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 16 - (mais de 20 dias);
- 00564/12: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 20 - (mais de 20 dias);
- 00328/12: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – f. 32 - (mais de 20 dias);
- 01638/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 150 - (mais de 30 dias);
- 01403/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 82 - (mais de 20 dias).

2.5. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 4 processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.

Foram examinados os autos dos processos 01035/06, 00844/12 e 01182/11,

verificados os itens relativos ao motivo do adiamento; ao cumprimento do disposto no artigo 265, IV, *a*, e § 5º, do CPC, e § 7º, do artigo 852-H da CLT, assim como prazos e atos processuais.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 00844/12: processo com determinação de perícia, — porém, sem designação de data para realização da audiência de instrução; excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 416 - (mais de 20 dias);
- 01182/11: julgamento convertido em diligência, sem designação de nova data para decisão.

Determina o Excelentíssimo Desembargador que não seja designado o denominado julgamento *sine die*, sendo necessária a intimação das partes do dia e horário da publicação da sentença, quando não for proferida na própria audiência em que se encerrar a instrução processual. Nos termos do artigo 851, § 2º, da CLT, "a ata será junta ao processo, devidamente assinada, no prazo improrrogável de 48 horas, contado da data da audiência de julgamento...". Caso seja seguida, subsidiariamente, a preceituação do artigo 189, II, do CPC, o prazo para serem proferidas as decisões é de 10 dias, não se aplicando a dilação de 48 horas a que se refere o texto consolidado.

Se não for possível a realização, integralmente, da audiência na mesma data, em caso de força maior, a sua continuação deverá ser marcada para a primeira pauta desimpedida, nos termos do artigo 849 da CLT. Determina-se, portanto, a inclusão na pauta dos processos *sine die* e/ou sem audiência, quando o motivo ensejador do adiamento for a realização de perícia e/ou oitiva de testemunha por meio de carta precatória inquiritória.

2.6. PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO – Examinados os autos dos processos 01073/12, 01498/12, 01473/12, 01447/12, 01389/12, 01291/12, 01083/12, 00525/12, 01032/12 e 01352/12.

Inspecionaram-se o cumprimento dos comandos dispostos no artigo 832, §§ 3º e 4º, da CLT, a existência de documentos grampeados na contracapa dos autos (ex: CTPS, TRCT e CD/SD), bem como atos e prazos processuais.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 01073/12 e 01352/12: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (31 dias);

- 01498/12: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (29 dias);
- 01473/12 e 01389/12: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (28 dias);
- 01447/12: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (30 dias);
- 01291/12: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (26 dias).

2.7. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria desta Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.8. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria desta Vara do Trabalho, constatou-se que há 5 ações civis públicas, até a presente data, em tramitação.

2.9. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria desta Vara do Trabalho, constatou-se que não há ação coletiva em tramitação.

2.10. PROCESSOS JULGADOS – Examinados os autos dos processos 01360/12, 01359/12, 01284/12, 01298/12, 01319/12, 01151/12, 00387/12, 00860/12, 01086/12 e 00263/12.

Foram objeto de verificação os procedimentos relativos à regularidade da autuação, dos termos, das certidões e dos demais atos da Secretaria; ao cumprimento dos prazos para atos do (a) MMº Juiz (a) (despachos e decisões) e da Secretaria (termos de juntada, certidões, conclusão e registro de carga para o (a) MMº Juiz (a), à correta numeração de folhas, intimação para contrarrazões); à sentença líquida nos processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo; ao exame do juízo de admissibilidade dos recursos interpostos.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 01360/12: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (32 dias); ausência de juntada da manifestação de f. 93/96;
- 01359/12: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação

da audiência com prazo superior a 15 dias (32 dias);

- 01284/12: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (26 dias);

- 01298/12: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (28 dias); julgamento adiado – f. 235 v, sem a ocorrência de nenhum ato processual obstativo à decisão entre o encerramento e a data designada para julgamento, configurando excesso de prazo para decisão (Dra. Graça Maria Borges de Freitas).

Recomenda-se aos MM^{os} Juízes que profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao procedimento sumariíssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.11. PROCESSOS ARQUIVADOS – Examinados os autos dos processos 01810/11, 01209/12, 01072/12, 01218/12, 00435/12, 01364/12, 00823/12, 01772/11, 01763/11 e 01617/11.

Verificaram-se os procedimentos relativos aos atos e prazos processuais, à regularidade do cumprimento dos acordos e das sentenças; ao recolhimento de todos os encargos devidos; à regularidade do despacho de arquivamento; aos documentos grampeados na contracapa e, no caso de arquivamento provisório, se o ato é precedido de certidão do (a) Diretor (a) de Secretaria atestando que não há depósito judicial ou recursal e que foram esgotados e infrutíferos os meios de coerção do devedor.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 01810/11: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (25 dias);

- 01209/12: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (27 dias);

- 01072/12: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (30 dias); excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 21 - (mais de 20 dias);

- 01218/12: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 17 - (mais de 10 dias);

- 00435/12: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria –

impulso oficial – f. 50 - (mais de 30 dias);

- 01364/12: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (32 dias);

- 01772/11: processo sujeito ao procedimento sumariíssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias (18 dias); excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 20 - (mais de 30 dias);

- 01763/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – f. 18 - (mais de 30 dias);

- 01617/11: via do alvará de f. 128 sem assinatura do magistrado; excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – f. 138 - (mais de 30 dias).

2.12. PRECATÓRIOS – Segundo o sistema informatizado da Secretaria da Vara, foram expedidos 9 precatórios no ano em curso, até a presente data nos autos dos processos 01543/96, 01439/90, 00172/01, 00215/02, 00389/02, 00637/01, 0339/02, 00822/01 e 00603/01, enviados à Secretaria de Execuções e Precatórios, exceto os autos do processo 00389/02 que foram enviados ao TRT em razão de recurso.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA DO DIA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA – Apurou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor o seguinte prazo médio para realização de audiências, conforme dados extraídos da pauta do dia 20-11-2012:

- a) procedimento sumariíssimo: 29 dias;
- b) procedimento ordinário: 68 dias;
- c) instrução: 94 dias.

Para audiências futuras, com base no quadro respectivo do sistema informatizado no dia 20-11-2012, desprezando o recesso legal (20-12-2012 a 6-1-2012 – Lei nº 5.010 de 1966) e a suspensão dos prazos determinada pela Resolução Administrativa nº 162 de 2012 (7-1-2012 a 18-1-2012), o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor apurou a seguinte disponibilidade de pauta:

- a) procedimento sumariíssimo: 46 dias (4-2-2013);
- b) procedimento ordinário: 70 dias (28-2-2013);
- c) instrução: 196 dias (4-7-2013).

CORREIÇÃO DE 2011: Na correição realizada em 29-11-2011, apurou-se o

seguinte prazo médio:

- a) procedimento sumaríssimo: 20 dias;
- b) procedimento ordinário: 61 dias;
- c) instrução: 102 dias.

A disponibilidade de pauta foi:

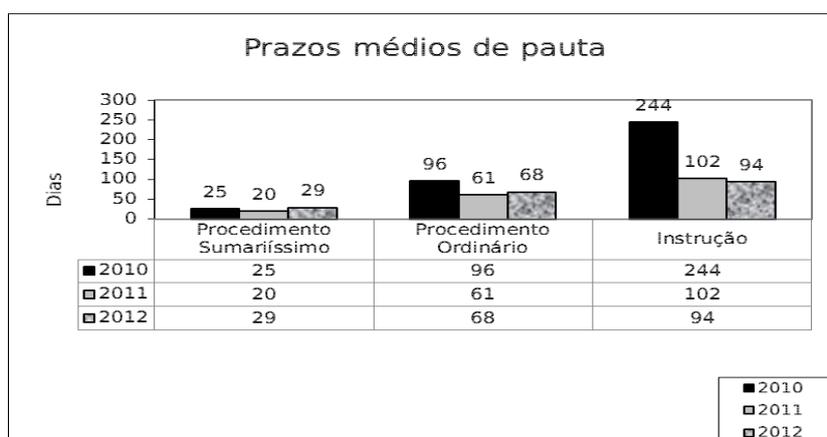
- a) procedimento sumaríssimo: 22 dias;
- b) procedimento ordinário: 56 dias;
- c) instrução: 152 dias.

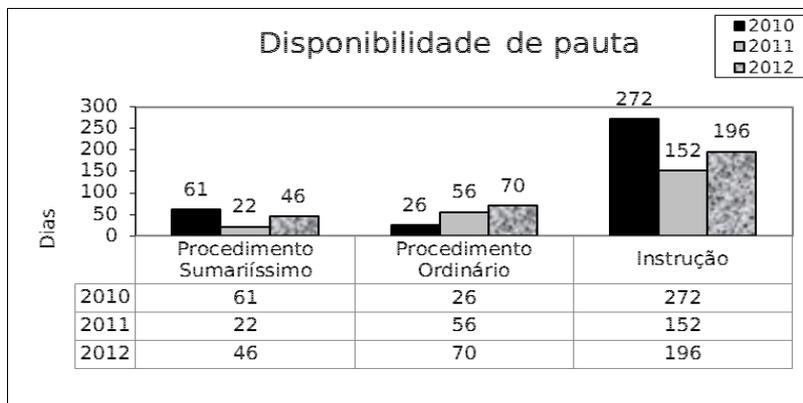
CORREIÇÃO DE 2010: Na correção realizada no dia 25-11-2010, em relação à pauta daquele dia, os prazos médios foram:

- a) procedimento sumaríssimo: 25 dias;
- b) procedimento ordinário: 96 dias;
- c) instrução: 244 dias.

A disponibilidade de pauta foi de:

- a) procedimento sumaríssimo: 61 dias;
- b) procedimento ordinário: 126 dias;
- c) instrução: 272 dias.





Obs.: Os dados acima aferidos são correlatos aos indicadores estratégicos constantes do Plano Plurianual 2010/2014, a saber: Indicador nº 8: Índice de celeridade processual - Procedimento sumariíssimo; Indicador nº 9 - Índice de celeridade processual - Audiência Inaugural Ordinária; e Indicador nº 10 - Índice de celeridade processual - Audiência de Instrução.

No ano 2011, apurou-se que, em 224 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

- a) **sentenças de conhecimento:** 594, média de 2,65 por dia;
- b) **decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração:** 150, média de 0,67 por dia;
- c) **decisões na fase de execução:** 136, média de 0,61 por dia;
- d) **total:** 880 processos conclusos para decisão no período, média total de 3,93 por dia de expediente forense.

| | Ano-2011 | Média/dia útil |
|---|----------|----------------|
| Sentenças de conhecimento | 594 | 2,65 |
| Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração | 150 | 0,67 |
| Decisões na fase de execução | 136 | 0,61 |
| Total | 880 | 3,93 |

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em outubro de 2012, com 22 dias úteis, realizaram-se:

- a) **audiências de procedimento sumariíssimo:** 102, média de 4,64 por dia;
- b) **audiências de procedimento ordinário:** 57, média de 2,59 por dia;
- c) **audiências de instrução:** 97, média de 4,41 por dia;
- d) **audiências de tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução:** 34, média de 1,55 por dia;
- e) **total de audiências:** 290, média de 13,19 por dia.

| Audiências | Número de Audiências/Mês | Média/dia útil |
|--|--------------------------|----------------|
| Procedimento sumariíssimo | 102 | 4,64 |
| Procedimento ordinário | 57 | 2,59 |
| Instrução | 97 | 4,41 |
| Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução | 34 | 1,55 |
| Total | 290 | 13,19 |

No mês de outubro de 2012, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, foram proferidas 77 sentenças de conhecimento, conforme apurado no Quadro III, 8 sentenças decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme item nº 3 do Quadro II-B. Foram conciliados 54 processos, conforme se verificou do Quadro III.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação da Diretora de Secretaria, que, nesta Vara do Trabalho, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8h30min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumariíssimo e para as de procedimento ordinário e de 15 minutos para as instruções.

De acordo com o Srª Diretora de Secretaria, nesta Vara do Trabalho, são exarados, em média, 800 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Não há auxílio fixo nesta Vara.

Recomendou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor que, sendo designado o auxílio fixo para esta Vara, que se observe o disposto no artigo 118-B, da Consolidação Geral dos Provimentos do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, introduzido pelo Provimento nº 1, de 2010.

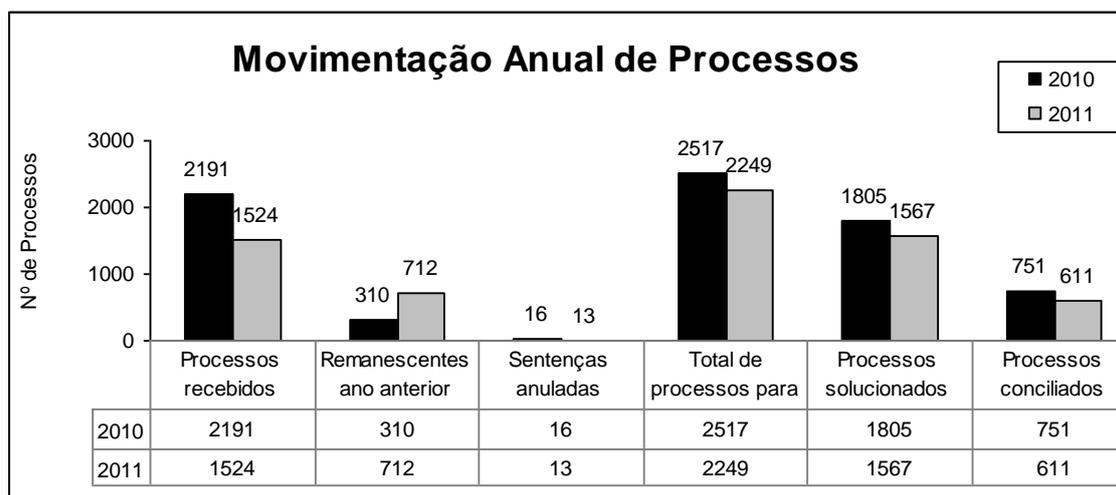
5. PRODUÇÃO – Do total de 2.249 processos para solução em 2011, 1.524 foram recebidos no ano 2011, 712 são processos remanescentes de 2010 e 13 são oriundos de sentenças anuladas. A média recebida por dia útil foi de 6,80. No ano 2011, foram solucionados 1.567 processos, dos quais 611 foram conciliados. Foi registrada uma produção total de 69,68%.

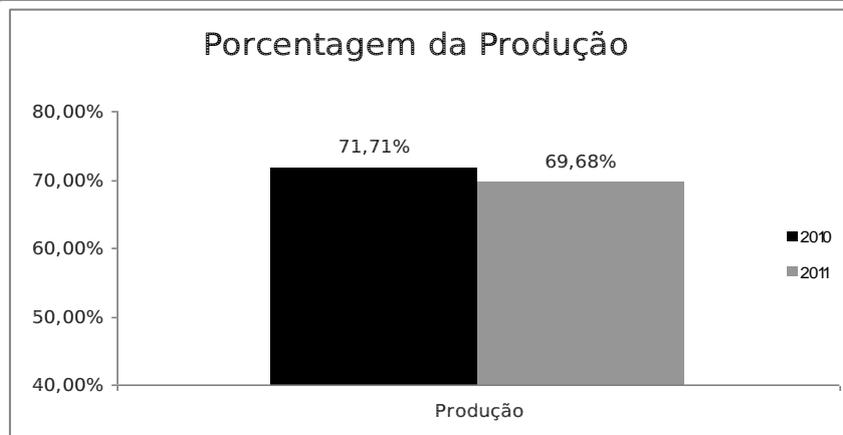
Do total de 2.517 processos para solução em 2010, 2.191 foram recebidos no ano 2010, 310 são remanescentes de 2009 e 16 são oriundos de sentenças anuladas. No ano 2010, foram solucionados 1.805 processos, nos quais, 751 tiveram solução conciliada. Foi registrada uma produção total de 71,71%.

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 43,76% no número de processos recebidos no ano 2011. Quanto à produção, verificou-se que em 2011 houve uma diminuição de 2,03%.

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

| Movimentação Anual de Processos | | |
|---|-------------|-------------|
| | 2010 | 2011 |
| Processos recebidos | 2191 | 1524 |
| Processos remanescentes do ano anterior | 310 | 712 |
| Sentenças anuladas | 16 | 13 |
| Total de processos para solução | 2517 | 2249 |
| Processos solucionados | 1805 | 1567 |
| Processos conciliados | 751 | 611 |
| Produção | 71,71% | 69,68% |





6. ARRECADAÇÃO – Ao exame dos dados estatísticos desta Vara do Trabalho, ano 2011, acerca da arrecadação da Previdência Social e do recolhimento para a Receita Federal, constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor o registro dos seguintes valores:

| Contribuição Previdenciária | Imposto de Renda |
|-----------------------------|------------------|
| R\$1.211.330,88 | R\$462.834,35 |

Nas Varas do Trabalho de semelhante movimentação processual, a média apurada pela Subsecretaria de Estatística da Corregedoria Regional acerca dos valores da Previdência Social importou em R\$1.090.156,36 e do Imposto de Renda em R\$306.523,91. Portanto, constata-se que esta Vara do Trabalho está com os recolhimentos de contribuição previdenciária e de imposto de renda acima da média.

7. PORTARIAS – De acordo com a Srª Diretora de Secretaria, encontram-se em vigor, nesta Vara do Trabalho, as Portarias nº 1 de 2006 e nº 1 de 2007, que tratam de atos ordinatórios; nº 1 de 2008, que disciplina a expedição de aviso de recebimento e assinatura de guias de acordo; nº 1 de 2009, que regulamenta os procedimentos para intimação da União via Procuradoria Geral Federal em Ouro Preto e a nº 1 de 2012, que trata da eliminação das cópias dos Agravos de Instrumentos baixados já julgados.

8. BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD – Durante a correição, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor constatou que a Secretaria do juízo emprega o BACENJUD, o INFOJUD e o RENAJUD com o intuito de localizar bens passíveis de penhora. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACENJUD pendente nesta Vara do Trabalho.

9. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor verificou, dentre outros aspectos, a boa organização da Secretaria. Foram examinados 80 autos de processos, sendo que em 18 foram encontrados excessos de prazo, que são inadmissíveis. Os prazos processuais, com relação ao despacho, impulso oficial e cumprimento, devem ser mais bem observados.

Foi indagado a Srª Diretora da Secretaria se existe algum processo fora do arquivo que não foi possível ser examinado, se há alguma determinação de conclusão que não foi cumprida, se os autos de algum processo estão desviados, sem o alcance da inspeção do Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor ou, por último, que não foram lançados, tendo sido respondido negativamente.

Determinou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor que o MMº Juiz solicite da Diretora de Secretaria justificativa para os excessos de prazos nos processos, remetendo-a à Secretaria da Corregedoria, até 12-12-2012, por ofício.

Durante os trabalhos de correição, foi observado o artigo 7º da Instrução Normativa nº 4, de 3-11-2011, que suspendeu os prazos no período de 14-11 a 27-11-2011, bem como a suspensão para publicação de sentenças e demais decisões, no período de 13 e 14-9-2012, conforme Ofício nº TRT/SGP/1007/2012.

10. RECOMENDAÇÕES:

Recomenda o Desembargador Vice-Corregedor que seja (m):

a) observada, quando da desconsideração da personalidade jurídica do executado, a citação dos sócios acerca das suas responsabilidades subsidiárias, de que trata o artigo 596 do CPC, atentando assim para a disposição contida no artigo 79, inciso III, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, bem como que promovam o seu lançamento no polo passivo da execução;

b) redobrada a proverbial e intensa atividade jurisdicional para imprimir paulatina e constante diminuição do resíduo de processos pendentes de execução, assumindo o magistrado a condução do processo executivo; naturalmente, com a indispensável colaboração de servidores qualificados, em ordem a dar expressão prática ao imperativo constitucional da duração razoável do processo de que trata o artigo 5º, inciso LXXVIII, da Lei Magna;

c) cumprido o Provimento nº 1, de 2012, da Corregedoria-Geral da Justiça do

Trabalho, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados relativamente a credores trabalhistas de empresa falida ou em recuperação judicial;

d) cumprida a recomendação nº 1, de 16 de fevereiro de 2012, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, no sentido de observar a prática de atos de execução indispensáveis, antes do arquivamento;

e) observada, quanto à CNDT instituída pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, a padronização regulamentada pela Resolução Administrativa nº 1.470, de 24 de agosto de 2011 e suas alterações, constantes do Ato TST-GP nº 772, de 2011, do Ofício Circular TST-GP 993, de 2011, e Ato TST-GP nº 1, de 2012;

f) consultado o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, antes de devolver sobras de execução aos devedores, tanto de depósitos judiciais quanto recursais;

g) priorizada a tramitação e o julgamento das reclamações trabalhistas que envolvam acidente de trabalho, conforme recomendação do Excelentíssimo Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, contida no OF.CIRC.TST.GP 338, de 2011;

h) cumprida, fielmente, a recomendação do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho CGJT 0002/2010 – TST, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 10-6-2010, p. 16/17, dispondo que “os juízes de primeiro grau que possuem autorização, por motivos relevantes, para residirem fora do local de jurisdição estejam à disposição das partes e advogados ou realizando audiências por, pelo menos, três dias úteis na semana, determinando, ainda, sejam afixadas nas Secretarias dos órgãos judicantes as datas em que os magistrados prestarão atendimento nas Varas, bem assim aquelas em que se encontrarão fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções”;

i) observado o disposto no Ato GCGJT 017/2011, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 12-9-2011, p. 1/2, do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, baseado na decisão do Conselho Nacional de Justiça (Consulta 0000534-85.2011.2.00.0000), “*na qual fora assentada a orientação, para os fins da Meta 3 do CNJ, de 2010, de que a expedição de certidão de crédito trabalhista não autoriza a baixa definitiva do processo executivo, por não se encontrar exaurida a prestação jurisdicional*”;

j) informado ao INSS, por meio do e-mail pfmq.regressivas@agu.gov.br, a respeito de ações trabalhistas que versem sobre acidentes de trabalho,

após a decisão sobre a culpa do empregador em 1ª e 2ª instâncias, independentemente do trânsito em julgado, permitindo que o mencionado órgão adiante as providências necessárias para o ajuizamento de ações regressivas contra os responsáveis, na forma prevista no artigo 120 da Lei nº 8.213, de 1991, com cópia para o endereço regressivas@tst.jus.br, nos termos do OF.TST.GP nº 218/2012;

k) emitido pronunciamento explícito sobre a admissibilidade de recursos ordinários e de agravos de petição interpostos, não se reputando atendida a exigência em caso de despacho nos quais haja referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o Recurso, na forma da lei”, consoante recomendação da egrégia Corregedoria-Geral;

l) observada a recomendação contida na Ata de Correição Ordinária, realizada no período de 27-2 a 2-3-2012, pelo Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, de que, havendo Juiz Auxiliar, deverá ocorrer o acréscimo quantitativo de processos instruídos e julgados, somando, e não dividindo as funções judicantes que lhe são inerentes, — notadamente, na fase de execução;

m) estimulada a realização de audiências semanais em processos na fase de execução, nos termos do artigo 77, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, não obstante o juízo da Vara já venha adotando tal procedimento. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o artigo 764, *caput*, da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para efeito deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus BONS OFÍCIOS e PERSUASÃO no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos” (grifamos), nos moldes do § 1º do referido artigo;

n) evitada a utilização do sistema BACENJUD, quando se tratar de execução provisória, conforme recomendação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

o) regularizado, em até 30 dias, o prazo das audiências dos processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo que deverão ser realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT e meta inserida no planejamento estratégico deste Regional, com a realização de pauta especial de segunda a sexta-feira, se necessário, até que o prazo seja regularizado, devendo ser oficiada a Corregedoria;

p) colhido o depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, consoante recomendação da egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do

Trabalho);

q) incluídos na pauta os processos *sine die* e/ou sem audiência marcada, quando o motivo ensejador do adiamento seja a realização de perícia e/ou oitiva de testemunha por meio de carta precatória inquiritória;

r) os despachos proferidos, quando do impulso oficial e apreciação de documentos, no prazo de 2 dias, conforme artigo 189 do CPC;

s) observado pela Secretaria o prazo de 48 horas previsto no artigo 190 do CPC, quando da execução dos atos processuais;

t) evitada a designação de julgamento *sine die*, intimando as partes do dia e horário da publicação da sentença, quando não for proferida na própria audiência em que se encerrar a instrução processual;

u) assinadas todas as vias dos autos de arrematação, dos alvarás e das autorizações, abstendo-se de apor o carimbo com os dizeres "original assinado" ou "falta assinatura";

v) identificado o signatário no carimbo, conforme § 1º, do artigo 21, do Provimento Geral Consolidado nº 1 de 2008, deste Regional.

10.1. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2011:

O Desembargador Vice-Corregedor verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

a) colhido o depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

b) os despachos proferidos, quando do impulso oficial, no prazo de 2 dias, conforme artigo 189 do CPC;

c) observado pela Secretaria o prazo de 48 horas previsto no artigo 190 do CPC.

O Desembargador Vice-Corregedor reitera a observância das recomendações acima elencadas.

11. METAS ESTRATÉGICAS

11.1 METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO PARA O ANO 2012:

Durante o V Encontro Nacional do Judiciário, definiram-se as metas para o Judiciário brasileiro alcançar em 2012, dentre elas, sob coordenação desta Corregedoria:

Meta 1 - Julgar mais processos de conhecimento que os distribuídos em 2012;

Meta 2 - Julgar, até 31-12-2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos (...) em 2008, na Justiça do Trabalho (...).

Naquela oportunidade também foram definidas as **Metas Específicas para 2012** que devem ser alcançadas em cada segmento de Justiça. Especificamente ao Judiciário Trabalhista, sob a coordenação desta Corregedoria Regional, ficou determinada a seguinte meta:

Meta 17 - Aumentar em 10% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011.

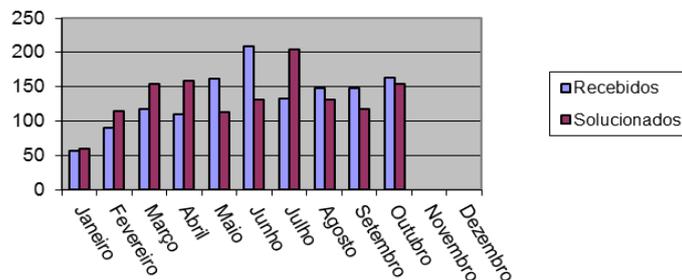
Consultando os relatórios estatísticos, constatou o Desembargador Vice-Corregedor os seguintes dados que retratam a situação da Vara, relativamente à Meta Prioritária nº 1:

META 1 – CNJ

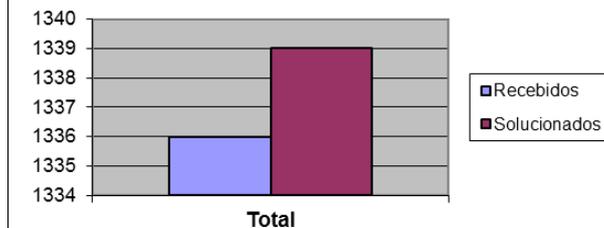
| Vara do Trabalho de Ouro Preto * | | | |
|----------------------------------|-------------|--------------|---------------|
| Mês | Recebidos | Solucionados | Percentual |
| Janeiro | 56 | 59 | 105,4% |
| Fevereiro | 90 | 115 | 127,8% |
| Março | 117 | 154 | 131,6% |
| Abril | 110 | 159 | 144,5% |
| Maio | 162 | 113 | 69,8% |
| Junho | 209 | 131 | 62,7% |
| Julho | 133 | 205 | 154,1% |
| Agosto | 148 | 131 | 88,5% |
| Setembro | 148 | 118 | 79,7% |
| Outubro | 163 | 154 | 94,5% |
| Total | 1336 | 1339 | 100,2% |

* Dados conforme tabela estatística de “movimento processual das Varas do Trabalho” disponível no sítio eletrônico do TRT 3ª Região

Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça



Meta 1 CNJ



Relativamente à Meta Prioritária nº 2, conforme dados extraídos dos relatórios gerenciais da Vara, constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor que não há nesta Unidade processo distribuído em 2008 pendente de julgamento.

No tocante às Metas Nacionais do Judiciário para o ano 2012, todos os dados encontram-se no sítio eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br), podendo ter acesso qualquer cidadão.

11.2. METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – TRT 3ª REGIÃO

Os indicadores estratégicos constantes do Planejamento Estratégico para o Biênio 2012/2013 são:

Indicador 7: Taxa de congestionamento na fase de conhecimento, 1º grau;

Indicador 8: Índice de celeridade processual - Procedimento sumariíssimo;

Indicador 9: Índice de celeridade processual - Audiência Inaugural Ordinária;

Indicador 10: Índice de celeridade processual - Audiência de Instrução;

Indicador 11: Taxa de congestionamento na fase de execução.

A descrição detalhada dos indicadores está disponível no *link* Gestão Estratégica, na página deste Regional.

Destaca-se que em relação ao indicador nº 11, não foi estipulada meta para 2012. Entretanto, a meta nacional nº 17 é no sentido do aumento de 10% no quantitativo de execuções encerradas, em relação a 2011.

O Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor ressalta a importância no cumprimento das Metas Nacionais Prioritárias nºs 1 e 17, que serão objeto de acompanhamento mensal pela Corregedoria, solicitando aos magistrados empenho para que o TRT da 3ª Região venha a cumpri-las integralmente, dispensando, assim, eventuais ações específicas que poderão ser adotadas ao longo deste ano.

12. CONTROLE DE GASTOS E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

No que se refere ao controle de gastos e preservação do meio ambiente, porque perene, enfatiza o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor a importância de continuidade da observância das recomendações contidas nas Metas Nacionais Prioritárias nº 6 e 10, do ano 2010, do Conselho Nacional de Justiça, quais sejam:

Meta Prioritária nº 6: reduzir pelo menos 2% o consumo *per capita* com energia, telefone, papel, água e combustível;

Meta Prioritária nº 10: realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre órgãos do Poder Judiciário.

O Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, diante da necessidade de economia inserida nos objetivos da Administração, recomendou que esta unidade continue empenhada na manutenção do controle de seus gastos.

O TRT da 3ª Região, em atendimento à Recomendação nº 11 do Conselho Nacional de Justiça, de 22 de maio, de 2007, instituiu a Comissão Permanente de Gestão Ambiental para planejamento e adoção de medidas públicas voltadas para a formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, bem como a conscientização dos servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção do meio ambiente.

Ressalta, ainda, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, em



consideração ao consignado na ata da 4ª Reunião Ordinária do Colepccor, que seja observada a Instrução Normativa nº 1, de 2010, do TRT da 3ª Região, no que tange ao limite de impressão de arquivos recebidos, por meio do sistema e-DOC, respeitando-se o limite de 20 folhas ou 40 páginas, frente e verso.

Reforça o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor que os juízos das Varas e as diretorias dos Foros se abstenham de fazer a remessa de boletins estatísticos à Secretaria da Corregedoria Regional, por via postal, com Aviso de Recebimento (AR), devendo tal expediente ser encaminhado por meio do envelope reutilizável de expediente interno, via malote.

Diante das medidas adotadas pelo Tribunal, visando à correta preservação e recuperação do meio ambiente, recomenda o Vice-Corregedor: a) realizar, anualmente, o Dia do Descarte, conforme Portaria nº 97, de 2008, do TRT da 3ª Região, em atendimento à recomendação do Ministro Corregedor da Justiça do Trabalho, encaminhando o relatório do descarte para a Comissão Permanente de Gestão Ambiental; b) formalizar a doação dos resíduos recicláveis junto às entidades, associações e/ou cooperativas que se responsabilizarem pela utilização do material para a devida reciclagem; c) quando houver necessidade de impressão de um documento, optar pela utilização da Ecofonte na sua digitação e utilizar, preferencialmente, a impressão em frente e verso. Para informações sobre a configuração da ecofonte e impressão em frente e verso, efetuar acesso ao *site* "Ambiente Legal"; d) optar pelo contracheque virtual e imprimir o documento apenas quando for necessário; e) manter atualizado o controle de bens permanentes, a fim de facilitar o inventário anual, conforme está determinado no Ato Regulamentar nº 7, de 30 de outubro de 2008.

13. OBSERVAÇÕES FINAIS – O Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor estimou que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional, qual seja "Solucionar conflitos nas relações de trabalho, por meio da contribuição de magistrados e servidores, oferecendo à sociedade justiça e desenvolvimento social".

O Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor reforça e manifesta que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da nossa Visão de futuro em "ser referência na sociedade por meio da prestação jurisdicional, caracterizada pela celeridade e qualidade no atendimento aos usuários e pela excelência dos seus processos de gestão".

Ressaltou, ainda, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara,



proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A seguir, encerraram-se os trabalhos às 12h30min do dia vinte e um de novembro de 2012, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Eduardo Antônio Mendes _____, Assessor do Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, pelo MMº Juiz do Trabalho Substituto e pela Diretora de Secretaria. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, além do Sr. Assessor acima nominado, foi composta pelos servidores Álvaro Antônio da Cruz Gomes e José Múcio Antônio Lambertucci.

Márcio Flávio Salem Vidigal
Desembargador Vice-Corregedor do TRT/3ª Região

Walder de Brito Barbosa
Juiz do Trabalho Substituto

Rosane Ribeiro de Souza
Diretora de Secretaria